

Representações identitárias do indivíduo financeiramente educado no material didático da Estratégia Nacional de Educação Financeira para o ensino médio

Identity representations of the financially educated individual in the didactic material of the National Strategy for Financial Education for high school

Carla Leila Oliveira Campos¹
João Paulo de Brito Nascimento²

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a construção discursiva da identidade do indivíduo financeiramente educado em um livro do material didático da Estratégia Nacional de Educação Financeira para o ensino médio. Para tanto, utilizamos o quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso Crítica (ADC). Adotamos como categoria de análise linguística as unidades lexicais que fazem referência a ações e projetos dos sujeitos. Nossos resultados demonstram que a construção identitária do jovem financeiramente educado é perpassada pela individualização dos problemas e desafios, atribuindo unicamente ao sujeito a responsabilidade pelas escolhas que vão determinar seu próprio bem-estar financeiro, de sua família e da sociedade.

Palavras-chave: educação financeira; identidade; discurso.

Abstract: This article aims to analyze the discursive construction of financially educated individual's identity in a textbook of the National Strategy for Financial Education didactic material for high school. For that, we use the theoretical-methodological framework of Critical Discourse Analysis (CDA). We adopted as linguistic category of analysis the lexical units that refer to the actions and projects of the subjects. Our results demonstrate that the identity construction of the financially educated young person is permeated by the individualization of problems and challenges, attributing solely to subject the responsibility for the choices that will determine your own financial well-being, of their family and society.

Keywords: financial literacy; identity; discourse.

¹ Universidade Federal de Alfenas, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Varginha, MG, Brasil. Endereço eletrônico: carla.oliveira@unifal-mg.edu.br.

² Universidade Federal de Alfenas, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Varginha, MG, Brasil. Endereço eletrônico: joao.nascimento@unifal-mg.edu.br.

Introdução

A educação financeira tem se tornado uma preocupação crescente em diversos países, gerando uma gama de programas e pesquisas sobre o assunto. Influenciados pelas mudanças nas relações econômicas, sociais e políticas, como a globalização dos mercados, o desenvolvimento tecnológico, o programa neoliberal e o aumento e a diversificação de produtos financeiros, os programas voltados à educação financeira defendem que os indivíduos necessitam ser financeiramente educados, tanto para lidar com seu bem-estar financeiro quanto para entenderem que suas escolhas e decisões afetam a vida de outros participantes do sistema social (LUCEY; AGNELLO; LANEY, 2015; LUSARDI; MITCHELL, 2014).

Os programas voltados à área fazem parte do *Financial Education Project*, idealizado com o intuito de atender ao interesse dos países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em educar financeiramente seus cidadãos. As responsáveis pelo desenvolvimento do projeto são: a Comissão de Mercados Financeiros e de Seguros e a Comissão de Pensões Privadas, ambas vinculadas à OCDE (SILVA; KISTEMANN; VITAL, 2014, p. 35).

A partir do trabalho dessas comissões, foram produzidos dois documentos: o relatório *Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies* e as *Recomendações sobre Princípios e Boas Práticas de Educação Financeira e Conscientização*, ambos de 2005. Esse último documento define educação financeira como:

[...] o processo pelo qual os consumidores financeiros/investidores melhoram a sua compreensão sobre os conceitos e produtos financeiros e, através da informação, instrução e/ou aconselhamento objetivos, desenvolvem as habilidades e a confiança para tomar consciência de riscos e oportunidades financeiras, para fazer escolhas informadas, saber onde buscar ajuda e tomar outras medidas eficazes para melhorar a sua proteção e o seu bem-estar financeiro. (OCDE, 2005).

Ainda no âmbito da OCDE, temos, em 2008, a publicação do relatório *Programas de educação financeira nas escolas: análise de programas atuais selecionados e literatura de projetos de recomendações para as melhores práticas*, que também orienta seu Programa de Educação Financeira (SILVA; KISTEMANN; VITAL, 2014, p. 35).

Acompanhando a tendência mundial, o governo brasileiro criou, em 2007, um grupo de trabalho com representantes do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep), para desenvolver a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef).

Em 2010, o Decreto Federal nº 7.397 instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), formada pela articulação de oito órgãos e entidades governamentais e quatro organizações da sociedade civil, que juntos integram o Comitê Nacional de Educação Financeira – Conef. São os seguintes os órgãos que compõem o Conef: Banco Central do Brasil (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), Superintendência de Seguros Privados (Susep), Ministério da Fazenda (MF), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Previdência Social (MPS), e Ministério da Justiça (MJ), Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (B3), Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg) e Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Com o objetivo de promover o ensino de educação financeira nas escolas, conteúdo que passou a compor a Base Nacional Curricular Comum como tema transversal dos currículos das redes e escolas, a Enef produziu material didático a ser adotado nas instituições de ensino fundamental e médio.

Em relação ao objetivo do programa de educação financeira para o ensino médio, a Enef considera que tal aprendizado é fundamental para os jovens, pois a juventude corresponde à fase da vida em que se fazem escolhas decisivas, em que se traçam novos projetos e novos hábitos que podem “determinar não apenas o futuro dos jovens como da economia do país” (ENEF, 2017). O material para o ensino médio é composto de três livros, denominados blocos, cada um dirigido a um ano específico e foi elaborado por meio da atuação coordenada de instituições do Estado e da Sociedade Civil.

Considerando as condições de produção do discurso, percebemos, nesse breve histórico, que, além da influência da OCDE, a própria concepção da Enef e os produtos dela gerados, como o material didático para as escolas, são perpassados pela forte presença de instituições financeiras e bancos particulares. Aliás, o próprio grupo de trabalho que, em 2007, deu início à criação da Estratégia era formado por representantes do BCB, da CVM, da Previc e da Susep. O Ministério da Educação passou a incorporar as discussões apenas em 2010, com a instituição do Conef.

Desse modo, um dos questionamentos que podemos levantar é sobre os modos como os discursos originados do mercado perpassam a concepção de educação financeira apresentada nesse material.

Além disso, como observam Silva, Kistemann e Vital (2014, p. 43), “qualquer proposta de desenvolvimento de implementação do ensino de Educação Financeira deve passar pela

compreensão do que significa uma pessoa educada financeiramente”, o que o material não explicita. E é especificamente nesse ponto que apresentamos o problema de pesquisa deste artigo: Qual é a representação identitária do indivíduo financeiramente educado no material didático da Enef para o ensino médio?

Para compreender o processo de construção da identidade desse indivíduo, analisamos, neste trabalho, o livro do bloco 2 do material didático. Para tanto, serão adotados os pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso Crítica (ADC) e as discussões acerca da construção social da identidade por meio das unidades lexicais que fazem referência a ações e projetos dos sujeitos.

Em relação à escolha do *corpus*, o bloco 2 do material didático trata de projetos de vida do estudante, “suas perspectivas de trabalho, empreendedorismo e a capacidade de planejar grandes projetos como comprar uma casa própria” (ENEF, 2017). Dessa forma, a própria temática abordada pelo bloco já nos traz elementos constituintes da identidade social dos sujeitos a que se destina: alguém em busca do primeiro emprego, ou para quem o empreendedorismo pode ser um caminho e que tem “grandes projetos” futuros, no livro, associados ao consumo de bens como uma casa ou um carro.

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar a representação discursiva do indivíduo financeiramente educado na referida obra, por meio de unidades e/ou expressões lexicais que, ao fazerem referência às ações que esse indivíduo deve ou não praticar e a seus projetos de vida, atribuem-lhe determinada identidade social. A escolha por analisar ações e projetos como marca da construção da identidade social, deve-se a dois fatores: primeiramente, o texto a ser analisado afirma ser seu objetivo tratar de projetos de vida do estudante; já em relação às ações, a construção argumentativa do material se dá por meio da indicação de modos de agir que devem ou não ser praticados pelos jovens para que alcancem seu bem-estar financeiro, aproximando-se do discurso de autoajuda (CAMPOS *et al*, 2019; SANTOS, 2013).

Revisão de literatura

A ADC deriva de uma teoria crítica que vê o uso dos recursos linguísticos como prática social. A abordagem metodológica é amplamente influenciada pelos trabalhos de Norman Fairclough, que considera que todas as práticas discursivas estão vinculadas a contextos históricos específicos e funcionam como os meios pelos quais as relações sociais existentes são reproduzidas ou contestadas, atendendo a interesses de grupos específicos.

Nesse sentido, a linguagem não deve ser entendida como uma representação fiel e objetiva da realidade extralinguística, mas como uma prática que é constituída e que também constitui as relações sociais, influenciando na reprodução ou na mudança dessas relações.

Nessa perspectiva dialética, Fairclough (2001) afirma que o discurso não só é determinado pela sociedade, como também tem o poder de determiná-la, influenciando a visão de mundo dos sujeitos sociais e estabelecendo relações de poder entre eles.

A ADC pode ser definida como um programa de estudos que toma o texto como unidade de análise, centrado nos conceitos de discurso, poder e ideologia (FAIRCLOUGH, 2001). A noção de discurso envolve o uso da língua como prática social, o que implica que, os sujeitos, ao se apropriarem da língua para falar ou escrever algo, o fazem a partir de uma determinada perspectiva que envolve as situações de comunicação, as instituições e as estruturas de poder e ideológicas que as enquadram:

When we speak or write we always take a particular perspective on what the 'world' is like. This involves us in taking perspectives on what is 'normal' and not; what is 'acceptable' and not; what is 'right' and not; what is 'real' and not; what is the 'way things are' and not; what is the 'ways things ought to be' and not; what is 'possible' and not; what 'people like us' or 'people like them' do and don't do; and so on and so forth, again through a nearly endless list. But these are all, too, perspectives on how we believe, wish, or act as if potential 'social goods' are, or ought to be, distributed. (GEE, 2001, p. 2).³

Assim, a ADC deve envolver um trabalho interdisciplinar no intuito de compreender como a língua funciona na constituição e na transmissão do conhecimento e das ideologias, na organização das instituições e das identidades sociais e no exercício do poder (WODAK; MEYER, 2016).

Para van Dijk (2004), a questão do poder está vinculada à relação entre grupos e instituições sociais, envolvendo o controle das práticas discursivas. O autor trabalha com uma concepção de poder como uma forma de controle das representações do mundo, das práticas sociais e dos agentes envolvidos nessas práticas. Uma das facetas do poder seria o acesso privilegiado que alguns grupos têm a domínios discursivos socialmente valorizados, como a mídia e a educação, por exemplo.

³ Quando falamos ou escrevemos, sempre tomamos uma perspectiva particular sobre como é o "mundo". Isso envolve uma tomada de perspectiva sobre o que é "normal" e o que não é; o que é "aceitável" e o que não é; o que é "certo" e o que não é; o que é "real" e o que não é; como as "coisas são" e como não são; como "elas deveriam ser" e como não; o que é "possível" e o que não é; o que "pessoas como nós" ou "pessoas como eles" fazem e não fazem; e assim por diante, numa lista quase infinita. Mas essas são todas, também, perspectivas sobre como acreditamos, desejamos ou agimos em relação à distribuição dos "bens sociais". (Tradução livre).

Como a distribuição do poder nas sociedades modernas é central para entender a dinâmica e as especificidades do controle e da ação nessas sociedades, a ADC entende os textos como locais privilegiados de manutenção ou de disputas pelo poder. O poder, portanto, é legitimado e deslegitimado nos discursos, mas as relações de poder também limitam e regulam os discursos por meio da reprodução do *status quo*.

A ADC está interessada em analisar as estruturas de dominação, discriminação e controle expressas e legitimadas pela linguagem em uso, ou seja, o discurso (WODAK; MEYER, 2016). As ideologias, enquanto sistemas compostos de representações mentais, convicções, opiniões, atitudes, valores e avaliações compartilhados pelos membros de determinados grupos sociais, são um importante mecanismo de criação de identidades sociais, de construção e de manutenção das relações de poder, por meio da disseminação de narrativas hegemônicas sobre determinados grupos sociais, ou por meio do controle das esferas públicas de divulgação do discurso. Em via oposta, a ideologias podem, também, servir à transformação dessas relações de poder já que os textos que as expressam são espaços de disputas sociais pela manutenção ou resistência ao discurso hegemônico.

Considerando esse aspecto, Fairclough (2005, p. 56) destaca que os discursos possuem um caráter retórico, justificando atos e estratégias de determinados agentes e agências poderosas, além de construírem cenários e representações imaginárias a respeito do futuro, em determinadas estratégias de mudança cuja operacionalização significa transformação dos imaginários em realidades.

O trabalho de análise deve, portanto, mostrar as conexões e causas ocultas nos textos que alimentam ou questionam práticas dominantes de poder, uma vez que as estruturas hegemônicas e seus discursos estabilizam e naturalizam convenções sociais, transformando-as em práticas ideológicas inquestionáveis (FAIRCLOUGH, 2001, p. 86).

Desse modo, considerando a temática da presente proposta, podemos questionar até que ponto o conceito de educação financeira e a visão que o projeto de educação financeira tem dos grupos a que se destina naturalizam práticas sociais vinculadas a estruturas ideológicas e de poder vigentes, relacionadas aos interesses econômicos de determinados grupos sociais e/ou até que ponto buscam desestabilizar essas estruturas, promovendo a autonomia dos sujeitos a que se destinam.

Diferentes textos que tratam dos mesmos eventos ou que estão localizados em uma mesma prática social e que representam os mesmos aspectos do mundo, podem apresentar diferenças nos discursos em que se fundamentam. Assim, a análise deve ser interdiscursiva, buscando identificar quais discursos estão presentes no texto e como eles são articulados de

modo dialógico, polêmico e/ou complementar (FAIRCLOUGH, 2003, p. 127-128), ao operarem como pontos de identificação, a serem adotados pelos ou atribuídos aos sujeitos sociais (BENWELL; STOKOE, 2006, p. 44).

É importante ressaltar que o fato de as identidades serem construídas e negociadas no discurso, não significa que elas sejam impostas e aceitas de forma igualitária pelos indivíduos. Pelo contrário, a ADC rejeita uma concepção de identidade como uma característica estável que qualifica os indivíduos ou grupos de modo independente de atividades e interação sociais (FINA, 2006, p. 295). Todavia, ao narrarem suas histórias pessoais, os indivíduos fazem uso da ampla gama de significados compartilhados disponíveis por meio do contato com outras pessoas e instituições, como a escola, por exemplo, e tais significados contribuem para a matéria-prima de nossas narrativas sobre quem somos (SHIFF; NOY, 2006, p. 399).

Essas percepções sobre identidade, aproximam-se da noção de Hall (1992, p. 48-49) para quem as identidades “[...] não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*. Nós só sabemos o que significa ser ‘inglês’ devido ao modo como a ‘inglesidade’ veio a ser representada como um conjunto de significados – pela cultura nacional inglesa”. Para o autor, uma cultura nacional é um *discurso*, um modo de construir sentidos, que influencia tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos, pois, ao produzir sentidos sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar, a cultura nacional constrói *identidades*. (HALL, 1992, p. 50-51).

Fazendo uma analogia à identidade do indivíduo financeiramente educado, quando se admite que há características ou qualidades que são próprias desse sujeito, busca-se naturalizar uma determinada percepção, anulando a multiplicidade e a diferença, com vistas à homogeneização. Tomando, como já dito, as condições de produção dos discursos da educação financeira e os agentes sociais que participam de sua concepção, podemos pensar no modo como os discursos distribuídos e consumidos no espaço escolar operam no processo de homogeneização de identidades e dialogam com uma lógica financeira e mercadológica das relações sociais.

Além disso, é interessante para o mercado global construir e reforçar imagens padronizadas de adolescentes, já que “a identidade normal [...] natural, desejável, única” exerce forte influência nos padrões de consumo (SILVA, 2000, p. 83).

No âmbito da linguagem, Fairclough (2001, p. 70) distingue três aspectos dos efeitos construtivos do discurso, que correspondem às três funções da linguagem. Primeiramente, o discurso contribui para a construção das “identidades sociais” dos sujeitos e “posições de sujeito”, ou tipos de “eu” (função identitária). Em segundo lugar, opera na construção das

relações sociais entre as pessoas (função relacional). Em terceiro lugar, o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crenças, revelando os modos pelos quais os textos significam o mundo (função ideacional) (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91-92). Apesar de o foco desta pesquisa estar voltado à função identitária, não há como isolá-la das demais, pois as três coexistem e interagem no discurso (FAIRCLOUGH, 2001).

A essas três funções, Fairclough, inspirado em Halliday (1978), acrescenta ainda a função textual, que trata dos mecanismos linguísticos que compõem o texto e das conexões entre as partes do texto entre si e entre elas e a situação social (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92).

Essa última função é que permite aos falantes/escritores produzirem textos que sejam compreensíveis pelos ouvintes/leitores e, que, além disso, conecta o discurso ao seu cotexto e contexto. Relacionada às demais funções, percebemos que a construção linguística dos textos não é neutra, pois nossas escolhas, ainda que não conscientes, refletem nossos interesses e posicionamentos.

Segundo Fairclough (2001, 2005), a análise de texto deve envolver a análise do tecido textual, sua forma e organização, e não apenas comentários sobre a conteúdo dos textos. A análise textualmente orientada pode se voltar para vários aspectos da estrutura textual (vocabulário, gramática, operadores argumentativos etc.). Essa escolha depende dos objetivos da pesquisa e daquilo que o texto oferece ao analista.

Adotaremos como categoria de análise linguística o vocabulário, considerando que as palavras mudam de sentido de acordo com as posições daqueles que as empregam, tomando “o seu sentido em referência a essas posições” (CARDOSO, 2003, p. 132).

O discurso deve ser compreendido como o lugar por excelência de formação dos objetos de que trata e a forma como o objeto se constrói no fio do discurso, não é um processo individual e subjetivo, à medida que é nas práticas sociais e culturais que reside o mecanismo gerador do sistema perceptual que irá construir esse objeto. Nesse sentido, em nossa análise, considerando que as ações e projetos são importantes elementos na constituição de identidades e ainda que a própria abordagem do material é voltada para esses dois fatores, analisaremos as unidades ou expressões lexicais que atribuem ações – que devem ou não ser praticadas – e projetos ao indivíduo financeiramente educado.

Metodologia

Para a ADC, a linguagem deve ser considerada como um fenômeno social e sua análise deve explicitar o como a linguagem é trabalhada no discurso para justificar posições sociais e ideológicas, com vistas a fazer valer determinada ótica acerca dos eventos sociais.

Fairclough (2001) afirma que a análise do discurso possui um caráter tridimensional, envolvendo a análise textual (análise dos recursos linguístico-discursivos e de organização textual), a análise interacional (investiga as relações entre o sujeito produtor do texto, os destinatários e as normas institucionais de produção e circulação do discurso) e a análise histórico-social (compreende a relação do discurso com o contexto no qual se insere).

De acordo com tais pressupostos teóricos, a execução deste trabalho consiste em uma abordagem qualitativa constituída de três fases: a descrição das propriedades formais do texto, a interpretação do texto enquanto objeto de interação e a explanação, que busca situar o discurso em seu tempo e momento históricos. Ao descrever as propriedades formais dos textos, procuraremos identificar os itens lexicais que constroem a representação identitária do indivíduo financeiramente educado, analisando-os enquanto elementos organizadores de determinadas representações sociais; buscaremos, ainda, observar como tais elementos estabelecem as relações entre os sujeitos do discurso. Finalmente, objetivamos, por meio da inserção dos textos em seu momento histórico-social de produção e circulação, responder a questões fundamentais propostas neste trabalho, acerca da identificação das relações de poder presentes no discurso, da manipulação de elementos textuais na reprodução da ideologia de um determinado grupo social e de como esses elementos contribuem para a formação de conhecimentos, valores e visões de mundo acerca da identidade do indivíduo financeiramente educado.

Análise dos resultados

Como afirmado na Introdução, tomamos como *corpus* deste trabalho o bloco 2 do material didático da Enef para o ensino médio. O objetivo desse bloco é abordar projetos de vida do estudante, “suas perspectivas de trabalho, empreendedorismo e a capacidade de planejar grandes projetos como comprar uma casa própria” (ENEf, 2017). Nesse sentido, temas como busca do primeiro emprego, empreendedorismo e realização de “grandes projetos”, no livro, associados ao consumo de bens e serviços, já nos apontam para características identitárias do sujeito financeiramente educado. Perpassam a discussão desses temas principais, assuntos como orçamento familiar, aposentadoria, seguros e investimentos.

De modo geral, a partir dos enunciados que constroem a identidade do sujeito financeiramente educado, identificamos que o material é atravessado pela ideologia neoliberal que, conforme estudo de Stieger e Jekel (2019, p. 4), apresenta uma visão individualista, apolítica e naturalizada da educação financeira. Além disso, o material adota, em grande parte, enunciados prescritivos que se aproximam do discurso da autoajuda. Na dimensão interacional,

é estabelecida uma relação entre locutor e interlocutor, na qual aquele se apresenta como o detentor de um saber a ser comunicado ao interlocutor que, por sua vez, assume o protagonismo de seu sucesso ou fracasso financeiro (CAMPOS *et al.*, 2019, p. 113).

Nesse sentido, vejamos, a partir das temáticas – Trabalho, Empreendedorismo e Grandes Projetos – tratadas no livro, alguns enunciados que constroem a identidade do indivíduo financeiramente educado ao lhe indicar ações corretas e incorretas e lhe atribuir sonhos/projetos. Destacamos que a seleção desses enunciados foi influenciada pela limitação espacial deste artigo e que os trechos selecionados para apresentar o resultado da pesquisa são representativos de um padrão discursivo percebido na obra como um todo.

Em relação à temática “trabalho”, temos os seguintes enunciados:

(1) As situações de trabalho sempre implicarão **desafios e terão que ser permanentemente administrados: perda de clientes, colegas desagradáveis, chefes injustos etc. Quanto maior a disposição para encarar essas dificuldades, maior a aprendizagem e a chance de evoluir profissionalmente.** (p. 20)

(2) As **conquistas – como promoções, grandes comissões de vendas, ter sucesso em seu próprio negócio, reconhecimento profissional etc. – são fruto de esforço e em geral levam tempo para se concretizar.** (p. 20)

(3) **Ganhar um bom dinheiro pelos próprios méritos é melhor do que simplesmente ganhar na loteria. Quanto mais duro é o desafio, mais doce é a vitória.** (p. 20)

(4) Severina: – Eu vou **estudar, vou fazer um curso de informática e outro de inglês. Vou me qualificar e melhorar meu currículo para poder batalhar por um emprego ainda melhor. Minha mãe tem um dinheiro na poupança para mim. Sei que poupar é importante, mas agora acho melhor gastar o dinheiro investindo em mim. Eu quero trabalhar, e uma boa educação sempre ajuda.** (p. 22)

(5) Marcio: – **Eu quero ser agrônomo. Vou ter que ficar sempre me atualizando com as novas técnicas e tal. Aliás, tô querendo tirar logo carteira de trabalho.** (p. 22)

(6) **Obter uma boa renda sempre é interessante, mas a renda mais alta nem sempre se traduz em melhor qualidade de vida. E é importante gostar minimamente do que se faz de modo a ter motivação para trabalhar bem e se manter atualizado.** (p. 23)

(7) [...] **investir em educação aumenta a sua renda por toda a sua vida profissional. Portanto, pense em cursos que podem ser valiosos para o tipo de trabalho que você gostaria de exercer.** (p. 25)

Nesse conjunto de enunciados, vemos que o exercício de atividade remunerada e/ou a busca pelo primeiro emprego são apontados como característica quase que necessária do jovem financeiramente educado. É interessante nos atentarmos para a forma como a linguagem que reflete os projetos e ações desses jovens ajuda a construir essa identidade. Em 1) e 2), notamos

como se constrói a relação desafios e conquistas/superação das adversidades. Em primeiro lugar, os “desafios” que “terão que ser permanentemente administrados” estão relacionados a questões interpessoais e não a fatores sociais, políticos ou econômicos mais amplos. Além disso, em ambos os enunciados, a “disposição” do indivíduo para “encarar essas dificuldades” e o “esforço” são apontados como os meios necessários para a aprendizagem, a evolução profissional e as “conquistas” alcançadas, estas voltadas unicamente a fatores ligados ao próprio trabalho: “promoções, grandes comissões de vendas, ter sucesso em seu próprio negócio, reconhecimento profissional”. É importante nos atentarmos também para o alerta bem característico do discurso de autoajuda – “em geral levam tempo para se concretizar” –, que, ao mesmo tempo em que estimula o indivíduo a tomar determinadas decisões e praticar ações específicas, deixa claro que o resultado dessas ações pode não ser imediato, mas não revela os fatores ambientais que seriam responsáveis por essa demora no alcance dos resultados desejados/prometidos.

Nesse conjunto de enunciados identificamos, em diversos momentos, a relação entre trabalho e renda como uma receita do sucesso profissional – “promoções”, “grandes comissões de vendas”, “investir em educação aumenta a sua renda por toda a sua vida profissional” –, contudo, em 3) e 6), vemos reproduzidos discursos presentes no senso-comum, que buscam relativizar a importância do dinheiro em nossa vida. Todavia, no próprio material didático, os projetos de vida são associados quase que integralmente à aquisição de bens ou serviços. Nos trechos em questão, o indivíduo financeiramente educado deve ter em mente que são os desafios mais duros que trarão as vitórias mais doces, o dinheiro difícil, conquistado com o seu suor é que traz mais satisfação e que, ainda que “uma boa renda” seja “interessante”, dinheiro não é tudo – dinheiro não traz felicidade, logo um salário alto não é tudo –, pois há que se pensar em “qualidade de vida”, “motivação para trabalhar” e na “necessidade de se manter atualizado”, essas três ações associadas a “gostar minimamente do que se faz”.

Nos excertos 4), 5) e 7), a educação é apontada como uma ação necessária ao indivíduo financeiramente educado, contudo apresenta-se uma visão utilitarista e tecnicista do processo educacional, em que ele é visto como um caminho para o trabalho. Misturam-se também a ação de “estudar” e “investir em educação” e cursos técnicos mais voltados ao mercado de trabalho, como “fazer um curso de informática”, “outro de inglês” ou “cursos que podem ser valiosos para o tipo de trabalho que você gostaria de exercer”. Mas todos voltados à melhora “do currículo para poder batalhar por um emprego ainda melhor”, conceito que não é explicado. No enunciado 4), um dos pilares do discurso da educação financeira – “poupar” – é relativizado, podendo ser entendido como “investir em você”, em “uma boa educação”, com o objetivo de

“trabalhar”. No caso, o indivíduo precisa ser capaz de avaliar o cenário e agir com responsabilidade, assumindo um nível certo de risco em relação aos recursos de que dispõe, idade e renda. (ARTHUR, 2012, p. 81). Além disso, podemos nos questionar: em um país com tantas desigualdades sociais e de distribuição de renda, quantos pais têm condições de fazer uma poupança para os filhos?

No trecho 5), essa busca por associar educação e trabalho, chega a produzir uma incoerência cômica. No caso, o personagem “Márcio” relata o seu desejo de “ser agrônomo” e apresenta como ação necessária para a realização desse projeto “ficar sempre [se] atualizando”. Na sequência, faz uma associação desse projeto com a ação de “tirar logo carteira de trabalho”, não sendo explicada qual seria a relação entre essa ação e o projeto de ser agrônomo.

O tema trabalho também é abordado no livro do bloco 2 relacionado ao “orçamento familiar”:

(8) A boa notícia é que, **se você já sabe que essas despesas [de início de ano] sempre ocorrem nessa parte do ano, pode se planejar para que elas não puxem o seu tapete**. Não adianta **fingir que o problema não existe ou esperar [...]**. Essa atitude **leva muita gente a entrar no vermelho e a pegar empréstimos** que podem sair muito caro. (p. 51)

(9) Que tal [...] **fazer uma reserva na época das “vacas gordas” para poder atravessar bem o período das “vacas magras”?** [...] **Reservar uma parte do 13º salário para cobrir as despesas da virada do ano é fazer uma provisão**. (p. 51)

(10) [...] **fazer um orçamento, anotando as receitas e as despesas de cada mês e fazer as estimativas de receitas e despesas dos meses seguintes**. (p. 51)

Nesses trechos, as ações consideradas apropriadas ao indivíduo financeiramente educado limitam-se a atitudes individuais, como planejamento em relação às despesas extras previstas – “se você já sabe que essas despesas [de início de ano] sempre ocorrem nessa parte do ano, pode se planejar para que elas não puxem o seu tapete” –, fazer reserva financeira – “fazer uma reserva na época das ‘vacas gordas’ para poder atravessar bem o período das ‘vacas magras’? [...] Reservar uma parte do 13º salário para cobrir as despesas da virada do ano é fazer uma provisão” –, fazer orçamento – “anotando as receitas e as despesas de cada mês e fazer as estimativas de receitas e despesas dos meses seguintes”.

Ao associar as ações a escolhas individuais, delega-se ao indivíduo a responsabilidade única pelas decisões tomadas, para que as despesas não “puxem o seu tapete” e ele não tenha que pagar caro por “fingir que o problema não existe” e “entrar no vermelho”, pegando “empréstimos”. Essa lógica dialoga com a ideologia neoliberal, segunda a qual os riscos econômicos e financeiros são apresentados como problemas de ordem individual, ignorando

contingências político-mercadoológicas e injustiças sociais sob as quais o indivíduo não possui nenhum controle (STIEGER; JEKEL, 2019).

Ainda dentro da temática trabalho, temos enunciados que tratam da aposentadoria:

(11) [...] **muitas pessoas não atingem seus sonhos simplesmente porque não fazem planos para alcançá-los. Tem gente que desiste antes mesmo de começar. E tem aqueles [...] não conseguem ter disciplina ou planejamento suficientes para traçar metas e avaliar as dificuldades do caminho para vencê-las. [...] Outras pessoas acham que não se deve planejar demais porque é impossível prever o futuro.** (p. 58)

(12) **Se você deseja chegar à terceira idade com conforto, plano de saúde e uma boa aposentadoria, por exemplo, as suas metas de curto e médio prazo precisam contribuir para sua meta de longo prazo [...].** (p. 61)

(13) Com o envelhecimento, mais pessoas irão receber benefícios, ao mesmo tempo em que haverá menos indivíduos ativos. Isso não é imediato, mas o caminho é irreversível. O ajuste inevitável da previdência social é uma das motivações para que **os jovens pensem em fazer sua própria poupança com o objetivo de complementar o que poderão receber do governo no futuro, quando forem aposentados.** (p. 62)

(14) **Olhe à sua volta e observe a vida dos aposentados.** Provavelmente você verá que **há muitos que passam aperto, com dificuldades para fechar suas contas. Será que você também terá que passar por isso um dia? Não necessariamente! Planejando bem, seu futuro poderá ser diferente. Será preciso um planejamento de looooongo prazo e muita disciplina e determinação [...]** (p. 63)

O mesmo discurso individualista e apolítico em relação a problemas e injustiças sociais subjaz às ações e projetos relacionados à aposentadoria. De 11) a 14) apresentam-se ações a serem praticadas ou não pelo indivíduo financeiramente educado, se seu projeto de vida for “chegar à terceira idade com conforto, plano de saúde e uma boa aposentadoria”. Essas ações envolvem a elaboração de planos e definição de “metas de curto” “médio” e “longo prazo”, apresentadas como o caminho para alcançar “seus sonhos”. Mas não é qualquer planejamento que vai conduzir o indivíduo ao sucesso, precisa ser um “planejamento de looooongo prazo” acompanhado de “muita disciplina e determinação”. Com isso, os indivíduos financeiramente educados se diferenciam daqueles que não o são, ou seja, aqueles que não “atingem seus sonhos simplesmente porque não fazem planos para alcançá-los” ou ainda que “não conseguem ter disciplina ou planejamento suficientes para traçar metas e avaliar as dificuldades do caminho para vencê-las”.

Nesse processo de construção de identidade e alteridade, os jovens são convidados a olharem “à sua volta” e observarem “a vida dos aposentados”, “que passam aperto, com dificuldades para fechar suas contas”, concluindo que, com planejamento e disciplina, esses jovens “não necessariamente” precisarão passar por isso. Mais uma vez, vemos naturalizada a

ideologia neoliberal de responsabilização do sujeito por sua fortuna ou infortúnio e a exclusão do Estado ou das condições político-sociais desse processo. Da forma como o texto é construído, com base em palavras como “metas”, “planejamento”, “disciplina” e “esforço”, é criada uma imagem de que os aposentados que passam por dificuldades financeiras não souberam fazer as escolhas adequadas e não se esforçaram o suficiente para terem uma vida mais confortável.

Ainda nesse processo ideológico de disseminação de narrativas hegemônicas por meio das práticas discursivas, em 13) vemos reproduzido o discurso que sustentou o próprio projeto de reforma da previdência, que defendeu e ainda defende a necessidade de um ajuste na previdência social, sem o qual não será possível garantir os benefícios aos aposentados. E uma ação necessária para que isso aconteça seria “os jovens” fazerem “sua própria poupança com o objetivo de complementar o que poderão receber do governo no futuro, quando forem aposentados”. Além de apresentar a lógica de que, “com o envelhecimento, mais pessoas irão receber benefícios, ao mesmo tempo em que haverá menos indivíduos ativos” como a única visão possível ao sistema previdenciário, afirmando que não é algo “imediato”, mas é irreversível, o texto atribui ao cidadão a responsabilidade de agir para resolver esse problema, que deixa de ser do Estado e passa a ser assumido pelo indivíduo, que, por não tomar as decisões corretas ou não se esforçar o suficiente, recebe a sanção devida. Ao prescrever aos “jovens [que] pensem em fazer sua própria poupança com o objetivo de complementar o que poderão receber do governo no futuro, quando forem aposentados”, o locutor desconsidera, mais uma vez, a condição socioeconômica de grande parte da população brasileira que enfrenta dificuldades para pagar suas contas mensais, assim como os baixos salários, número de desempregados etc.

O tema “empreendedorismo” é tratado, na obra, por meio de escolhas lexicais como as seguintes:

(15) [Vitória]: **de repente ela recebeu uma encomenda para fazer uma bijuteria para uma amiga. Se outras pessoas na escola e na comunidade tiverem o mesmo desejo, eis uma oportunidade para ela começar o próprio negócio.** (p. 76)

(16) **Você não precisa esperar a sorte bater à sua porta. Que tal assumir um papel ativo e procurar pelas oportunidades?** (p. 76)

(17) **Os empreendedores desenvolvem habilidades, criatividade e percepção, bem como conhecimentos técnicos sobre negócios, ao longo da vida, se dedicando bastante. Empreendedores bem-sucedidos também fazem estudos para conhecer bem os riscos do futuro negócio, minimizá-los ou buscar outra oportunidade.** (p. 78)

(18) **Uma pessoa se torna empreendedora com seu otimismo, garra, iniciativa e intuição. [...] Também é preciso o conhecimento de técnicas gerenciais e de legislação sobre as características do negócio. [...] o empreendedor deverá ter recursos financeiros suficientes para manter o negócio funcionando até que este dê o retorno esperado. Dependendo do negócio, é possível que em determinadas épocas do ano as receitas superem as despesas e que em outras épocas as despesas sejam maiores do que as receitas. Assim, é necessário guardar o dinheiro dos meses de “vacas gordas” para os de “vacas magras”.** (p. 111)

A palavra empreendedorismo surge no final da seção que trata sobre trabalho. Após breve explicação do que seria recessão, sua relação com o desemprego e as ações do governo para diminuir seus índices, como o estímulo ao “crescimento da economia e o consumo que, por sua vez, facilita a criação de pequenas e médias empresas”, conclui-se que “uma das formas de se combater o desemprego é estimular o empreendedorismo” (p. 45).

Nos enunciados de 15) a 19), apresenta-se a atitude empreendedora como característica do indivíduo financeiramente educado. Assim, em 15), é apresentada uma situação fictícia em que a chance de empreender surge de uma demanda inesperada (“de repente”) do cotidiano, na qual a personagem Vitória recebe “uma encomenda para fazer uma bijuteria para uma amiga”. A partir desse evento, o locutor conclui que “se outras pessoas na escola e na comunidade tiverem o mesmo desejo, eis uma oportunidade para ela começar o próprio negócio”. No caso, Vitória identifica essa oportunidade de empreender e sua história se desenrola mostrando como ela virou uma empreendedora de sucesso.

À medida que narra a história de sucesso de Vitória, o locutor vai apresentando as ações e qualidades necessárias a um empreendedor. Segundo Harvey (2005, p. 2), o neoliberalismo, enquanto uma teoria de práticas político-econômicas, associa as melhorias no bem-estar humano às liberdades e às habilidades empreendedoras individuais.

Mais uma vez, percebe-se como o texto busca reduzir o papel do Estado, no caso em relação ao desemprego, e passa a responsabilidade ao indivíduo que assume o protagonismo na mudança de sua condição financeira individual o que, segundo essa concepção de educação financeira, contribui para o bem-estar social (STIEGER; JEKEL, 2019).

Assim, dentre as ações do indivíduo empreendedor estão “assumir um papel ativo e procurar [...] oportunidades”, desenvolver “habilidades, criatividade e percepção”, além de “conhecimentos técnicos sobre negócios”, dedicação, “estudos para conhecer bem os riscos do futuro negócio”, minimizando-os ou buscando “outra oportunidade”. Desse modo, além de habilidades individuais, o empreendedor precisa reconhecer as fragilidades do seu negócio e buscar novas oportunidades, como se os recursos financeiros estivessem disponíveis para todos de forma igualitária e suficiente para investir em um novo negócio.

Em 18) são apresentadas as qualidades individuais e inerentes ao empreendedor, como “otimismo, garra, iniciativa e intuição”. Contudo, não bastam apenas essas qualidades subjetivas ao indivíduo empreendedor, ele precisa de “conhecimento de técnicas gerenciais e legislação sobre características do negócio” – mais uma vez, a educação é apresentada como a aquisição de competências técnicas para o mercado – e de “recursos financeiros suficientes para manter o negócio funcionando até que este dê o retorno esperado”. Assim, a construção da identidade social do indivíduo empreendedor sai da esfera de habilidades e ações individuais e aborda a necessidade de recursos financeiros para manter o negócio. Mas, isso não exclui o potencial empreendedor dos indivíduos, que podem começar um novo negócio a partir de “uma encomenda para fazer bijuterias para uma amiga”, pois o locutor afirma que, “dependendo do negócio”, essa reserva para os períodos de “vacas magras” pode ter origem no próprio negócio em “épocas do ano” em que “as receitas superam as despesas”. Cabe, portanto, ao indivíduo usar seu conhecimento sobre educação financeira para escolher o melhor negócio e administrá-lo.

Por fim, o livro encerra-se com o tema “grandes projetos”:

(19) [Quais são seus sonhos/projetos?] Pode ser **a compra de uma casa, de um carro, aprender um novo idioma, realizar uma viagem, cursar uma faculdade ou algo que dependa de autodisciplina e que envolva alguma dose de risco**, como o aumento do preço dos imóveis ou investir em algo que não tenha valorização. (p. 10)

(20) Uma **boa alternativa para proteger seu dinheiro** (da inflação que corrói seu valor, de furtos, incêndios etc.) **é mantê-lo em uma instituição financeira, como um banco comercial ou uma cooperativa de crédito**. (p. 144)

(21) **Quem se endivida sem saber como isso aconteceu está vulnerável a se endividar de novo. Ainda que, com esforço próprio e ajuda familiar, a pessoa consiga sair do endividamento, é extremamente importante que ela compreenda por que entrou nessa situação**. (p. 171)

(22) Não são poucas as pessoas que **pensam em estudar fora da sua cidade natal, fora do estado ou até mesmo fora do país. Um passo importante para concretizar uma intenção é fazer um planejamento**. (p. 180)

A última seção do bloco 2 traz a temática “Grandes Projetos”, que apresenta os desejos do indivíduo financeiramente educado. Esses desejos associam a noção de bem-estar ao consumo de bens e serviços como uma casa, um carro, a realização de uma viagem, investimento e poupança. É interessante observarmos que, no texto analisado, a educação é apresentada como um serviço passível de ser acessado a partir do desenvolvimento de habilidades financeiras e que, assim como a compra de uma casa e um carro, envolve “alguma dose de risco” e planejamento (enunciado 19).

O discurso do planejamento pessoal e financeiro como o caminho necessário para se ter acesso à educação é novamente reproduzido no enunciado 22), como se observa no seguinte trecho: “um passo importante para concretizar uma intenção [estudar fora da sua cidade natal, fora do estado ou até mesmo fora do país] é fazer um planejamento”.

Já nos excertos 20) e 21), como “boa alternativa para proteger seu dinheiro”, são apresentados serviços e produtos bancários comercializados por instituições financeiras. Além dos citados nesses trechos, o material aponta outras possibilidades, tais como plano de previdência complementar, tesouro direto etc., desconsiderando que, para investir ou poupar, não basta o desejo individual de fazê-lo, sendo necessários recursos financeiros para tanto.

A mesma ideologia que sustenta o discurso de que todos podem ser investidores também perpassa a ideia de que o endividamento está associado às escolhas do indivíduo. Nesse sentido, assim como o domínio de alguns conhecimentos técnicos pode levar o indivíduo ao bem-estar financeiro, o desconhecimento dessas técnicas é o fator associado ao endividamento – “quem se endivida sem saber como isso aconteceu” – e à permanência da pessoa nessa condição.

Considerações finais

Neste trabalho, adotamos uma perspectiva de análise da linguagem que a considera como uma prática social que opera na construção e na transmissão do conhecimento e das identidades sociais, influenciada por ideologias e relações de poder.

Para entender como essas ideologias e relações de poder subjazem às práticas discursivas, Fairclough (2003) defende que a análise dos textos, tomados como manifestações discursivas, deve buscar identificar quais discursos estão presentes na materialidade textual e como esses discursos são articulados.

Desse modo, a partir da análise do *corpus*, observamos, por meio das estruturas linguísticas presentes nos textos, que a construção da identidade social do indivíduo financeiramente educado é atravessada, de modo acrítico, pela ideologia do discurso neoliberal, associada a estratégias argumentativas do discurso de autoajuda.

Assim, por meio de prescrições sobre o que fazer e o que não fazer e sobre projetos de vida, essa identidade é calcada em uma lógica de mercado, amplamente voltada para o consumo, na qual, até mesmo a educação, transforma-se em um produto.

Além disso, por meio de um processo de homogeneização, que desconsidera características individuais e as disparidades e desigualdades socioeconômicas da população brasileira, o indivíduo passa a ser o único responsável pelo seu bem-estar financeiro. Vimos também que, nesse processo de construção de identidades, convenções sociais são estabilizadas

e naturalizadas, transformando-se em práticas ideológicas inquestionáveis (FAIRCLOUGH, 2001) como, por exemplo, previdência social, desemprego e empreendedorismo.

Desse modo, buscando responder à pergunta que nos colocamos neste trabalho, o jovem financeiramente educado, de acordo com o material que analisamos, é aquele que exerce uma atividade remunerada ou está à busca do primeiro emprego, que possui habilidades individuais e técnicas para o empreendedorismo, que sabe reconhecer e gerir de forma responsável os riscos, inclusive em relação à proteção do orçamento familiar e à aposentadoria. Nesse processo, a educação, vista numa perspectiva tecnicista e reducionista, assume o papel de fornecer qualificação para o mercado. Já o consumo de bens e de serviços, como investimentos, são apresentados como os grandes projetos almejados por esse indivíduo. Inserida nesse grupo de grandes sonhos, ao lado do desejo de adquirir uma casa, um carro, fazer um plano de previdência complementar ou investir em ações, por exemplo, a educação, superior ou técnica, surge também como um grande projeto, mas assumindo um papel totalmente secundário na vida desses jovens, ao deixar de ser um direito para se tornar mais um produto que depende de investimento, escolhas individuais, gestão de riscos e recursos financeiros para ser adquirido.

Esse processo de construção identitária é perpassado pela individualização dos problemas e desafios, que exclui o processo político e social e atribui unicamente ao sujeito a responsabilidade pelas escolhas que vão determinar seu bem-estar financeiro, de sua família e da sociedade. Além disso, as orientações presentes no material são gerais e descontextualizadas da realidade brasileira, pois as *dicas* e orientações propostas para educar o sujeito financeiramente poderiam ser dadas aqui ou em qualquer país da Europa, por exemplo.

Referências

ARTHUR, C. **Financial literacy education: neoliberalism, the consumer and the citizen.** Rotterdam: Sense Publisher, 2012.

BENWELL, B.; STOKOE, E. **Discourse and identity.** Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006.

CAMPOS, C. L. O. *et al.* A construção da identidade social da mulher em obras de finanças pessoais. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 112-131, 2019.

CARDOSO, S. H. B. **A questão da referência: das teorias clássicas à dispersão de discursos.** Campinas: Autores Associados, 2003.

ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira. 2017. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br>. Acesso em: 9 nov. 2020.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse**: Textual analysis for social research. London/New York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. Critical discourse analysis in transdisciplinary research. In: WODAK, R.; CHILTON, P. (Eds.). **A new agenda in (Critical) Discourse Analysis**: Theory, methodology and interdisciplinarity. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005. p. 53-70.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora da Universidade Federal de Brasília, 2001.

FINA, A. de. Group identity, narrative and self-representations. In: FINA, A. de; SCHIFFRIN, D; BAMBERG, M. **Discourse and identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 351-375.

GEE, J. P. **An introduction to Discourse Analysis**: Theory and method. London/New York: Routledge, 2001.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.

LUCEY, T. A.; AGNELLO, M. F.; LANEY, J. D. **A critically compassionate approach to financial literacy**. Rotterdam: Sense Publishers, 2015.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. The economic importance of financial literacy: theory and evidence. **Journal of Economic Literature, American Economic Association**, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness**. Directorate for financial and enterprise affairs. 2005. Disponível em: <http://www.oecd.org>. Acesso em: 15 mai. 2021.

SANTOS, L. C. B. do. **O que fazer com seu dinheiro**: o discurso de autoajuda em manchetes de capas de jornais. 2013. 198f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2013.

SILVA, A. M. da; KISTEMANN JR., M. A.; VITAL, M. C. Um estudo sobre a inserção da educação financeira como tema curricular nas escolas públicas brasileiras. In: MARTINHO, M. H. *et al.* (Eds.). **Atas do XXV Seminário de Investigação em Educação Matemática**. Braga: APM., 2014. p. 35–46.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 73-102.

SHIFF, B.; NOY, C. Making it personal: shared meanings in the narratives of Holocaust survivors. In: FINA, A. de; SCHIFFRIN, D; BAMBERG, M. **Discourse and identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 398-425.

STIEGER, S.; JEKEL, T. Ideology, education, and financial literacy: Uncovering neoliberal ideology in assessment studies of economics education – the case of Austria. **Journal of Social Science Education**, v. 18, n. 2, p. 4-27, 2019.

VAN DIJK, T. A. Ideology and discourse analysis. In: **Colloquium on Ideology**, London: Oxford, 2004. Disponível em: www.discourses.org/MainPage2.html. Acesso em: 20 nov. 2021.

WODAK, R.; MEYER, M. **Methods of critical discourse studies**. 3rd. edition. Los Angeles/London/New Delhi/Singapore/Washington DC: SAGE Publications, 2016.

Sobre os autores

Carla Leila Oliveira Campos (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-5960-7323>)

Graduada em Letras pela Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ, doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Professora do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG.

João Paulo de Brito Nascimento (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-4986-4702>)

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ, doutor em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG.

Recebido em fevereiro de 2022.

Aprovado em abril de 2022.